**SIMULADO DO EXAME DE ORDEM**

26º SIMULADO OAB 2014.2

28 DE NOVEMBRO DE 2014

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 28/nov e extinguir-se-á às 13hs do dia 1/dez. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 03/dez.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 03/dez.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 28/Nov | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 28/Nov | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 01/Dez | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 03/Dez | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 03/Dez | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Um estamento eminentemente aristocrático, formado por uma nobreza em declínio, paulatinamente perdeu suas rendas originais e se tornou crescentemente burocrático. O texto caracteriza o seguinte tipo de Estado e de administração pública no Brasil:**

(A) estatal.

(B) patrimonialista.

(C) burocrática.

(D) gerencial.

**2. Considere as afirmativas abaixo:**

**I. Em decorrência do poder de polícia, a Administração Pública pode condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais.**

**II. O poder regulamentar, como regra, autoriza que o Poder Executivo discipline as matérias que ainda não foram objeto de lei.**

**III. O poder discricionário atribui ao administrador a prerrogativa de afastar o princípio da legalidade, o que fará sempre que julgar conveniente e oportuno.**

**IV. Diante da natureza restritiva dos atos praticados na atuação do poder de polícia administrativa, estes são estritamente vinculados.**

**V. O exercício do poder regulamentar somente pode dar-se em conformidade com o conteúdo da lei e nos limites que esta impuser.**

**Estão corretas somente as afirmativas:**

(A) I e V.

(B) I e III.

(C) II, IV e V.

(D) II e III.

**3. Em relação ao conceito de ato administrativo, analise as alternativas a seguir:**

**I. Ato administrativo é uma manifestação unilateral de vontade da administração pública que se materializa com a anuência do cidadão**

**II. Ato administrativo é um ajuste entre a administração pública e um particular para consecução de objetivos de interesse público.**

**III. Fato administrativo é uma realização material da administração pública em cumprimento de alguma decisão administrativa.**

**Assinale:**

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

**4. São considerados agentes políticos:**

(A) os chefes do Executivo e os militares.

(B) os servidores estatutários e os diplomatas.

(C) os servidores temporários e os empregados públicos.

(D) os diplomatas, os parlamentares e os membros do Judiciário e MP, mas há controvérsia quanto a estes últimos.

**5. Com relação à revogação e anulação do ato administrativo, assinale a afirmativa INCORRETA.**

(A) A revogação é de competência privativa da Administração Pública. A anulação pode se dar pelo Poder Judiciário, mediante provocação do interessado.

(B) A revogação fundamenta-se no reexame do ato com objetivo de aferir a oportunidade ou a conveniência de sua manutenção no ordenamento jurídico. A anulação tem como fundamento a ilegitimidade do ato administrativo, quando o ato apresenta vícios que configuram sua desconformidade explícita com o ordenamento jurídico ou desvio de poder.

(C) A revogação é um ato administrativo unilateral desconstitutivo que tem como objetivo suprimir total ou parcialmente os efeitos de ato legítimo anterior. A anulação é ato declaratório do vício de legalidade ou até mesmo de inexistência do ato administrativo anteriormente editado, apontando esse defeito, sempre preexistente à anulação.

(D) A revogação se dá sempre *ex officio*, porque é ato praticado pela Administração Pública, em qualquer caso, sem a participação do Poder Judiciário. A anulação é ato privativo da Administração Pública, observadas as regras de competência e as relações de hierarquia e subordinação.

**6. Tem legitimidade para representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade:**

(A) somente o Ministério Público.

(B) somente o controle externo ou corregedoria do órgão.

(C) somente o controle interno do órgão, em caráter sigiloso.

(D) qualquer pessoa que deseje ver apurada a prática de ato de improbidade.

**7. Com relação à requisição administrativa, analise as afirmativas a seguir.**

**I. Terá sempre caráter de definitividade.**

**II. Será aplicada somente em situação de guerra ou de movimentos de origem política.**

**III. Será a indenização sempre a posteriori, caso seja devida.**

**IV. Incidirá apenas sobre bens imóveis.**

**Assinale:**

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa III estiver correta.

(C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

**8. Em relação à Intervenção do Estado na Propriedade Privada, é correto afirmar que:**

(A) a indenização, na desapropriação para reforma agrária incluída as benfeitorias úteis e necessárias, é realizada em títulos da dívida agrária.

(B) o objeto da requisição administrativa pode abranger bens móveis e imóveis, fazendo jus o proprietário à prévia indenização.

(C) a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade rural é da competência exclusiva da União e não pode incidir sobre a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra, conforme previsto na Constituição Federal/88.

(D) o proprietário de um bem tombado não pode aliená-lo a terceiro e somente pode pintar ou restaurar o bem com autorização especial do Poder Público.

**9. Analise as seguintes afirmativas:**

**I. Se o bem público está sendo utilizado por entidade privada para a execução de serviço público, por delegação, não pode qualificar-se como bem de uso especial.**

**II. A doação de bens públicos em face de interesse público necessariamente terá de recair sobre bens dominicais do Município.**

**III. Os bens móveis, pertencentes a pessoas jurídicas de direito público, também estão alcançados pela prerrogativa da imprescritibilidade.**

**Assinale:**

(A) se todas as afirmativas estiverem corretas.

(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se apenas a afirmativa I estiver correta.

**10. Em relação ao processo administrativo genérico, regulado pela Lei 9.784/99, é certo afirmar que:**

(A) a Administração não pode cobrar por despesas processuais, sendo, inclusive, inconstitucional a lei que acaso permitisse tal cobrança.

(B) as normas dos processos administrativos específicos, no que toca á densidade de incidência normativa, aplicam-se subsidiariamente no processo genérico, quando forem de ordem pública.

(C) o órgão competente para decidir o recurso administrativo pode Agravar a situação do recorrente, mas, antes da decisão, deve cientificá-lo do fato e permitir que ofereça as alegações de seu interesse.

(D) a decadência do direito da Administração de anular seus próprios atos administrativos ocorre irrestritamente em 5 (cinco) anos quando deles se originam efeitos patrimoniais contínuos.

**Constitucional**

**11. É correto afirmar sobre o controle de constitucionalidade brasileiro:**

(A) É vedado ao Superior Tribunal de Justiça o exercício do controle difuso de constitucionalidade, na medida em que tal tribunal tem a função de garantir a inteireza da legislação federal infraconstitucional.

(B) A arguição de descumprimento de preceito fundamental é admissível ainda que haja qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

(C) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

(D) Cabe aos Estados, por meio da Justiça Comum, o controle difuso da constitucionalidade, sendo vedado expressamente no texto constitucional o controle concentrado da constitucionalidade no âmbito estadual.

**12. Os remédios constitucionais são as formas estabelecidas pela Constituição Federal para concretizar e proteger os direitos fundamentais a fim de que sejam assegurados os valores essenciais e indisponíveis do ser humano. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:**

(A) Cabe mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for agente de pessoa jurídica de direito privado, no exercício de atribuições do Poder Público.

(B) Cabe ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio de entidade que o Estado participe, somente se não houver má-fé do autor.

(C) Não cabe mandado de segurança contra atos omissivos do poder público.

(D) Somente o próprio lesado ou ameaçado no seu direito de ir e vir pode impetrar Habeas Corpus em seu favor.

**13. Considerando o que estabelecem as normas constitucionais sobre o Poder Executivo, pode-se afirmar que:**

(A) O Presidente da República, nas infrações penais comuns, ficará suspenso de suas funções se oferecida denúncia no STF.

(B) Em caso de relevância, o Presidente da República poderá adotar, em todas as matérias que são de sua iniciativa privativa, medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

(C) É de competência privativa do presidente da República a celebração de tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

(D) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República é julgado pela Câmara dos Deputados, sob a direção do Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a necessária autorização prévia do Senado Federal.

**14. Com relação à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta:**

(A) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata, vez que não há direito fundamental absoluto.

(B) As normas constitucionais de eficácia limitada não produzem qualquer efeito no momento de sua entrada em vigor, dada a necessidade de serem integradas por meio de emenda constitucional ou de lei infraconstitucional.

(C) As normas constitucionais de eficácia contida gozam de eficácia plena enquanto não houver restrição, podendo seus efeitos ser limitados apenas pela atuação do legislador infraconstitucional.

(D) É norma de eficácia contida o dispositivo constitucional segundo o qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

**15. Acerca da Reclamação Constitucional, assinale a alternativa correta:**

(A) De acordo com o entendimento atual do STF, a Constituição Federal de 1988 somente autoriza o manejo de Reclamação perante os Tribunais Superiores, inexistindo a possibilidade de sua utilização perante as Cortes Estaduais.

(B) Conforme entendimento do STF cabe Reclamação da decisão que conceder ou negar a liminar proferida em ação direta de inconstitucionalidade.

(C) Tratando-se de decisão judicial que contrarie decisão específica do STF, caberá Reclamação, pouco importando que a primeira já tenha transitado em julgado.

(D) A Reclamação não pode ser utilizada como recurso.

**16. À luz das normas constitucionais sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa incorreta:**

(A) Os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório.

(B) Um quinto dos lugares do Supremo Tribunal Federal será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

(C) O juiz goza da garantia da inamovibilidade, mas, havendo interesse público, poderá ser removido, por decisão da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

(D) A regra do quinto constitucional se aplica aos tribunais regionais federais, aos tribunais dos estados, ao TJDFT e aos tribunais do trabalho.

**17. No que tange as funções essenciais à Justiça, pode-se afirmar que:**

(A) O Ministério Público não abrange o Ministério Público Militar.

(B) Segundo o STF, a imunidade profissional assegurada ao advogado não impede que ele seja processado por crime de desacato decorrente de ato ou manifestação no exercício de sua profissão.

(C) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

(D) O advogado é dispensável à administração da justiça.

**18. Considerando o disposto na Constituição da República, assinale a assertiva incorreta:**

(A) No caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, o condenado terá seus direitos políticos suspensos.

(B) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

(C) É vedada a cassação de direitos políticos.

(D) É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar, exceto em tempo de guerra declarada pelo Presidente da República, após autorização do Congresso Nacional.

**19. A respeito do processo legislativo previsto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:**

(A) A Constituição autoriza o presidente da República, o STF, os tribunais superiores e o Procurador-Geral da República a solicitar, ao Congresso Nacional, regime de urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

(B) As medidas provisórias não podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade, uma vez que não possuem a natureza jurídica de lei.

(C) O veto parcial do Presidente da República a Projeto de Lei, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público somente abrangerá o texto integral do artigo.

(D) Quanto a Emenda à Constituição a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

**20. A respeito das Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI, instituídas pelo Congresso Nacional, é correto afirmar que:**

(A) Podem praticar, na apuração dos fatos que justificaram a sua instituição, quaisquer atos de competência das autoridades judiciais.

(B) A CPI não pode decretar a interceptação telefônica dos investigados.

(C) Conforme entendimento jurisprudencial consolidado, a CPI não poderá realizar a quebra do sigilo telefônico.

(D) As CPIs podem promover a responsabilidade criminal dos infratores.

**Deontologia**

**21. Adroaldo Ribeiro, advogado recém-formado, com inscrição no Conselho Seccional da OAB do Estado da Bahia, pretende exercer a advocacia, mas também pretende exercer outra atividade remunerada.**

**Assim, de acordo com a Lei nº 8.906/94, qual das atividades abaixo poderá ser desenvolvida em conjunto com a advocacia?**

(A) auditor fiscal da Receita Federal.

(B) delegado da Polícia Federal.

(C) prefeito do município de Salvador.

(D) auxiliar administrativo da Prefeitura de Salvador.

**22. O Estatuto da Advocacia e da OAB traz, em seus artigos 11 e 12, os caso que dão ensejo à licença e ao cancelamento do quadros de advogados da OAB.**

**Marque, entre as alternativas abaixo, aquela que traz mais hipóteses de cancelamento da inscrição no quadro de advogados da OAB.**

(A) Falecimento do advogado, doença mental curável e requerimento simples.

(B) Por requerimento, por falecimento e pela perda dos requisitos necessários para a inscrição.

(C) Doença mental curável, falecimento e atividade incompatível em caráter temporário.

(D) Atividade incompatível em caráter definitivo, falecimento e doença mental curável.

**23. Alvarenga Catrano, advogado com inscrição no Conselho Seccional do Pará há mais de 25 anos, residente e domiciliado no aludido estado, decide se mudar para o Estado do Ceará, para onde também irá alterar efetivamente o seu domicílio profissional, não passando mais a advogar no Pará.**

**Que medida deverá tomar Alvarenga Catrano em relação à sua inscrição na OAB?**

(A) Nenhuma medida precisa ser tomada, uma vez que a inscrição na OAB/PA permite a advocacia de forma ilimitada em todo o Brasil.

(B) O advogado deverá, obrigatoriamente, providenciar a inscrição suplementar.

(C) O profissional irá requerer a transferência de sua inscrição para o Conselho Seccional do Ceará.

(D) O advogado deverá prestar novo Exame de Ordem perante o Conselho Seccional do Ceará, tendo em vista que há 25 anos, quando se inscreveu na OAB não prestou Exame de Ordem, pois não era obrigatório à época.

**24. Acerca das sociedades de advogados, julgue os itens abaixo e marque a alternativa correta:**

**I – Aplica-se à sociedade de advogados o Código de Ética e Disciplina, no que couber;**

**II – As procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte;**

**III – nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial em áreas territoriais de Conselhos Seccionais diversos.**

(A) Todos os itens estão corretos.

(B) Apenas os itens I e II estão corretos.

(C) Todos os itens estão errados.

(D) Os itens I e II estão errados.

**25. Danton Silva, advogado recém inscrito na OAB, atende o seu primeiro cliente, ocasião em vai elaborar o seu primeiro contrato de honorários advocatícios. Para tanto, atento às regras a respeito dos honorários advocatícios constantes no Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como à luz do Código de Ética e Disciplina é correto afirmar que:**

(A) A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados e aos honorários fixados por arbitramento judicial apenas.

(B) Os honorários advocatícios devem necessariamente ser parcelados em três vezes, sendo 1/3 no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final.

(C) Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.

(D) O Código de Ética e Disciplina permite que o advogado contrate honorários advocatícios através de notas promissórias.

**26. Em relação aos direitos dos advogados assegurados pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como em relação ao entendimento do STF, marque a alternativa incorreta.**

(A) É direito do advogado sustentar oralmente as razões de qualquer recurso ou processo, nas sessões de julgamento, após o voto do relator, em instância judicial ou administrativa pelo prazo de 15 minutos, salvo se prazo maior for concedido.

(B) Constitui direito do advogado, exercer com liberdade, a profissão em todo o território nacional, exigindo-se, em alguns casos, a inscrição suplementar.

(C) É direito do advogado ingressar livremente em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, desde que munido de poderes especiais.

(D) Constitui direito do advogado, ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.

**27. Karina Ferrari, advogada sócia de um escritório de advocacia no estado do Rio Grande do Sul, resolve sair da sociedade em razão de desentendimentos com os demais sócios. Uma semana depois de sua retirada da aludida sociedade recebe convite de uma grande empresa para integrar o quadro de advogados no departamento jurídico desta empresa.**

**Em relação ao advogado empregado, marque a alternativa correta, nos termos das normas estatutárias:**

(A) A relação de emprego, na qualidade de advogado, retira a isenção técnica e reduz a independência profissional, visto que um dos requisitos caracterizadores do vinculo empregatício é a subordinação.

(B) O salário mínimo profissional do advogado será fixado pelo Conselho Seccional da OAB.

(C) As horas trabalhadas que excederem a jornada normal de trabalho são remuneradas por um adicional não superior a 100 % sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.

(D) As horas trabalhadas no período das 20h de um dia até as 5h do dia seguinte são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de 25 %.

**28. A Ordem dos Advogados do Brasil é composta por quatro órgãos, quais sejam: Conselho Federal, Conselhos Seccionais, Subseções e Caixa de Assistência dos Advogados.**

**Em relação às competências dos órgãos da OAB, assinale a alternativa correta:**

(A) Compete privativamente ao Conselho Federal criar as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados.

(B) Compete privativamente ao Conselho Seccional fixar a tabela de honorários advocatícios, válida para todo o país.

(C) É da competência do Conselho Seccional decidir o pedido de inscrição no quadro de advogados e estagiários.

(D) Em nenhuma hipótese pode o Conselho da Subseção receber pedido de inscrição nos quadros de advogados e estagiários, instruir e emitir parecer prévio, mesmo que para posterior decisão do Conselho Seccional.

**29. O processo disciplinar na OAB encontra suas regras delineadas tanto na Lei 8.906/94, quanto no Código de Ética e Disciplina.**

**Acerca do processo disciplinar na OAB, marque a alternativa incorreta:**

(A) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante a Subseção, quando competirá a está julgar o advogado e aplicar a punição cabível.

(B) A decisão condenatória recorrível deve ser imediatamente comunicada ao Conselho Seccional onde o a representado tenha a inscrição principal, para constar dos respectivos assentamentos.

(C) A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

(D) O prazo para a defesa prévia pode ser prorrogado por motivo relevante, a juízo do relator.

**30. Adalberto Figueira, advogado inscrito há 10 anos na OAB/SP, pretende se candidatar a Presidente do respectivo Conselho Seccional.**

**Conforme o Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como o Regulamento Geral do EAOAB, no que diz respeito às eleições, marque a resposta correta:**

(A) A eleição dos membros de todos os órgãos da OAB será realizada na segunda quinzena do mês de dezembro do último ano do mandato, mediante cédula única e votação direta dos advogados regularmente inscritos.

(B) O mandato em qualquer órgão da OAB é de 3 anos, iniciando-se em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição, salvo no Conselho Federal.

(C) Extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término quando o titular faltar, sem justo motivo, a cinco reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do Conselho ou da diretoria da Subseção ou da Caixa de Assistência dos Advogados, podendo, entretanto, ser reconduzido no mesmo período de mandado.

(D) Extinto qualquer mandato, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.906/94, cabe ao Conselho Federal escolher o substituto, caso não haja suplente.

**Direito e Processo Penal**

**31. A interceptação de comunicações telefônicas observará o disposto na Lei n. 9.296/96:**

**A esse respeito, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) A interceptação dependerá de ordem do Juiz competente da ação principal, podendo ser determinada de ofício, ou a requerimento da autoridade policial ou do representante do Ministério Público.

(B) A interceptação deve concretizar-se em segredo de justiça, podendo ser determinada durante as investigações ou durante o processo penal.

(C) Não será permitida a interceptação para se apurar crime apenado com detenção.

(D) segundo a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, o prazo da interceptação não poderá exceder de 15 dias, sendo permitida uma única renovação por igual prazo.

**32. No que tange à valoração da prova, o Direito Processual brasileiro adota o sistema do livre convencimento motivado. Sobre o direito probatório, analise as afirmativas a seguir.**

**I. Apesar da crítica doutrinária, o CPP permite que o Juiz determine a produção de diligências de ofício para dirimir dúvida sobre ponto relevante.**

**II. Ao suspender o processo e o prazo prescricional pelo não comparecimento do acusado citado por edital e nem de seu advogado, poderá o magistrado determinar a produção antecipada de prova com fundamento exclusivo no decurso de tempo.**

**III. Desde a reforma do Código de Processo Penal realizada pela Lei n. 11.690/2008, a oitiva de testemunhas no procedimento ordinário passou a ser feita pelo sistema cross examination, ou seja, primeiro as partes devem formular as perguntas, cabendo ao magistrado a sua complementação.**

**De acordo com a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, a inversão dessa ordem configura hipótese de nulidade relativa.**

**Assinale:**

(A) se somente a afirmativa III estiver correta.

(B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**33. A Lei n. 12.403/11 promoveu alterações no tratamento da prisão e demais medidas cautelares. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.**

(A) O Juiz, de ofício, poderá decretar a prisão preventiva a qualquer momento.

(B) É possível a internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser o acusado inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração.

(C) A pronúncia é causa automática de decretação da prisão preventiva, assim como a sentença condenatória.

(D) A prisão temporária nunca poderá exceder o prazo de cinco dias, prorrogável por mais cinco.

**34. Nos processos da competência do júri, o Juiz, encerrada a primeira fase, poderá desclassificar o crime para outro da competência do Juiz singular, pronunciar o réu, absolvê-lo desde já ou impronunciá-lo.**

**Da decisão que impronunciar o réu caberá o seguinte recurso:**

(A) apelação no prazo de 08 dias.

(B) recurso em Sentido Estrito no prazo de 05 dias.

(C) apelação no prazo de 15 dias.

(D) apelação no prazo de 05 dias.

**35. As ações penais tradicionalmente são classificadas como públicas incondicionadas, públicas condicionadas à representação e privadas. Sobre a representação, analise as afirmativas a seguir.**

**I. A ação penal pública condicionada à representação é de titularidade do ofendido. Nada impede, contudo, que a representação seja oferecida por procurador.**

**II. O Supremo Tribunal Federal entende que a representação é peça sem rigor formal, que pode ser apresentada oralmente ou por escrito, tanto na delegacia, quanto perante o magistrado ou membro do Ministério Público.**

**III. A representação é condição de procedibilidade para que se possa instaurar persecução penal em crime de ação penal pública condicionada. De acordo com o Código de Processo Penal, ela pode ser oferecida pessoalmente ou por procurador com poderes gerais.**

**Assinale:**

(A) se somente a afirmativa II estiver correta.

(B) se somente a afirmativa III estiver correta.

(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

**36. Sobre a parte especial do Código Penal, indique a alternativa correta:**

(A) Há crime sem lei anterior que o defina. Há pena sem prévia cominação legal.

(B) Qualquer do povo pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.

(C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

(D) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.

**37. Qual dos crimes abaixo é de ação penal privada personalíssima?**

(A) adultério

(B) homicídio qualificado

(C) estupro

(D) contrair casamento ocultando impedimento que não seja outro casamento

**38. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda, configura o crime de:**

(A) constrangimento penal

(B) constrangimento legal

(C) constrangimento ilegal

(D) constrangimento supralegal

**39. Sobre o tema da reabilitação penal, marque a alternativa incorreta:**

(A) A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.

(B) A reabilitação poderá ser requerida, decorridos 2 (dois) anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução, computando-se o período de prova da suspensão e o do livramento condicional, se não sobrevier revogação, desde que o condenado: I - tenha tido domicílio no País no prazo acima referido; II - tenha dado, durante esse tempo, demonstração efetiva e constante de bom comportamento público e privado; III - tenha ressarcido o dano causado pelo crime ou demonstre a absoluta impossibilidade de o fazer, até o dia do pedido, ou exiba documento que comprove a renúncia da vítima ou novação da dívida.

(C) Negada a reabilitação, não poderá ser requerida novamente.

(D) A reabilitação será revogada, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, se o reabilitado for condenado, como reincidente, por decisão definitiva, a pena que não seja de multa.

**40. Em lições de Direito Penal, é correto dizer que é isento de pena o agente que:**

(A) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, parcialmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(B) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(C) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo do resultado, inteiramente incapaz de entender o caráter lícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(D) somente por doença mental, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**Empresarial**

**41. Com relação ao conceito de empresa, de acordo com o Código Civil, assinale a afirmação correta:**

(A) O conceito de empresa é definido como o estabelecimento, ou seja, o lugar físico, onde a atividade econômica é realizada.

(B) É a sociedade devendo ser apenas considerada a partir de seu registro nos órgãos públicos devidos.

(C) Empresa é definida como a atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

(D) É a firma na qual a atividade empresária se desenvolve, devendo esta sempre ter fim lucrativo.

**42. Na nota promissória é correto afirmar que:**

(A) O endossante, salvo cláusula em contrário, é garante do pagamento;

(B) O aval não pode ser parcial;

(C) Não é um título de crédito. Sim um contrato;

(D) O aval praticado por pessoa casada depende sempre da outorga uxória.

**43. Sobre as sociedades limitadas julgue os itens seguintes:**

**I – Constitui-se por contrato escrito, devendo o ato constitutivo ser subscrito por duas ou mais pessoas, naturais ou jurídicas.**

**II – Todos os sócios responderão solidariamente com a sociedade por suas dívidas perante terceiros, havendo a possibilidade de direito de regresso entre os sócios, de acordo com suas participações no capital social.**

**III – A denominação social deverá sempre conter o nome dos sócios, o objeto da sociedade e a palavra “limitada”.**

**IV – O capital social das sociedades limitadas é fracionado em cotas, podendo estas ser de idêntico ou distinto valor.**

**Estão corretas as alternativas:**

(A) I e II;

(B) Apenas a I;

(C) I e IV;

(D) III e IV.

**44. Assinale a resposta correta:**

(A) O cheque admite aceite.

(B) Aval e endosso são institutos idênticos.

(C) O aval é inadmissível no cheque.

(D) A duplicata mercantil é um título causal, que nasce de um contrato de compra e venda ou de prestação de serviços.

**45. As normas da Lei nº. 11.101/05, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária:**

(A) Aplicam-se às instituições financeiras, sejam públicas ou privadas.

(B) Aplicam-se às sociedades operadoras de plano de assistência à saúde.

(C) Não se aplicam às sociedades seguradoras.

(D) Não se aplicam às sociedades em comandita por ações.

**Direito e Processo Civil**

**46. Analise as afirmativas abaixo à luz do Código Civil e ao final responda.**

**I. A morte presumida somente pode ser declarada após prévia declaração de ausência, com abertura de sucessão definitiva.**

**II. Aqueles que, por deficiência mental, tenham o seu discernimento reduzido são relativamente incapazes.**

**III. Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo são relativamente incapazes.**

**IV. Para os menores, poderá cessar a incapacidade por sentença judicial, ouvido o curador, se o menor tiver dezesseis anos completos.**

**V. A capacidade dos índios será regulada por legislação ordinária.**

**Estão CORRETAS:**

(A) Apenas as afirmativas I e II.

(B) Apenas as afirmativas II e III.

(C) Apenas as afirmativas II, III e IV.

(D) Apenas as afirmativas III, IV e V.

**47. No caso da doação, marque a alternativa CORRETA:**

(A) A doação verbal será válida se, versando sobre bens imóveis de qualquer valor, seguir-se incontinenti a tradição.

(B) É inválida a doação feita ao nascituro, mesmo sendo aceita pelo seu representante legal.

(C) É válida cláusula de reversão dos bens doados em favor de terceiro, se o doador sobrevier ao donatário.

(D) O doador não é obrigado a pagar juros moratórios, nem é sujeito às consequências do vício redibitório.

**48. Em se tratando de pessoa jurídica, assinale a alternativa CORRETA:**

(A) A decretação de desconsideração da personalidade jurídica pressupõe a existência de fraude a credores.

(B) A pessoa jurídica tem direito a pleitear reparação por danos morais.

(C) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.

(D) A pessoa jurídica de direito privado adquire a sua personalidade jurídica mediante a assinatura do contrato social.

**49. Objetivando financiar a aquisição de uma casa, Luisa procura o Banco Paraíso, que lhe empresta o dinheiro mas exige, em garantia, a hipoteca do imóvel. Adquirida a casa, Luisa realiza diversas benfeitorias, como calhas de escoamento de água, portão e uma churrasqueira elétrica. Passado algum tempo, Luisa não consegue pagar o financiamento, levando o Banco Paraíso excutir a garantia. A excussão da hipoteca:**

(A) abrange o imóvel e todas as benfeitorias realizadas por Luisa.

(B) abrange apenas o imóvel, sem as benfeitorias.

(C) abrange o imóvel e as benfeitorias voluptuárias, apenas.

(D) abrange o imóvel e as benfeitorias necessárias e úteis, apenas.

**50. Após sofrer acidente automobilístico, Harry, então com 20 anos de idade, passa outros 20 anos em estado de coma. Ao se recuperar, já aos 40 anos de idade, Harry:**

(A) não poderá pleitear indenização contra o causador do acidente, pois a pretensão está prescrita.

(B) poderá pleitear indenização contra o causador do acidente, mas deverá fazê-lo no prazo de 3 anos de sua recuperação.

(C) poderá pleitear indenização contra o causador do acidente, mas deverá fazê-lo no prazo de 5 anos de sua recuperação.

(D) poderá pleitear indenização apenas se o causador do acidente se dispuser a pagá-la, espontaneamente, por se tratar de obrigação natural.

**51. Sobre a formação do processo é CORRETO afirmar que:**

(A) Depois da citação o autor só pode desistir do processo com a concordância do réu.

(B) O processo começa por iniciativa das partes e só se desenvolve por impulso oficial nos processos de direitos indisponíveis, considerando o princípio do dispositivo.

(C) Após o saneamento, excepcionalmente é possível a alteração do pedido ou da causa de pedir se não houver oposição do réu.

(D) A citação, mesmo quando ordenada por juiz ordenada por juiz incompetente, interrompe a prescrição e esse efeito retroage ao momento da propositura, desde que o autor promova à citação nos prazos legais, ressalvada a demora do serviço judiciário.

**52. Sobre litisconsórcio e intervenção de terceiros, segundo as regras do Código de Processo Civil,**

(A) feita a denunciação da lide pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial.

(B) o necessário e multitudinário poderão ser indeferidos pelo juiz da causa, quando este comprometer a rápida solução do litígio.

(C) pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença reconheça seu direito e lhe seja favorável, poderá intervir somente como assistente litisconsorcial.

(D) é obrigatório o chamamento ao processo de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

**53. Sobre sentença e coisa julgada, de acordo com o Código de Processo Civil, considere:**

**I. A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.**

**II. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração no momento de proferir a sentença, mas não poderá considerar se o fato for modificativo do direito, diante da preclusão consumativa.**

**III. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.**

**IV. Faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.**

**V. A sentença que condenar a parte no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária.**

**Está correto o que consta APENAS em:**

(A) I, II e III.

(B) I, IV e V.

(C) II, IV e V.

(D) II, III e V.

**54. Acerca dos poderes, deveres, atos e responsabilidade do juiz,**

(A) cabe ao juiz deferir ou indeferir as provas requeridas pelas partes, não podendo determinar provas de ofício, sob pena de violação do princípio da inércia jurisdicional.

(B) deverá decidir a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões não suscitadas pelas partes, em razão do que está impedido de pronunciar a prescrição quando não arguida pela parte em sua contestação.

(C) os atos recorríveis do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos, sendo a decisão interlocutória o ato pelo qual resolve questão incidente no curso do processo.

(D) compete ao juiz tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes, podendo constar de eventual transação, ponto não suscitado pela petição inicial.

**55. Segundo o Código de Processo Civil, verificando o juiz a irregularidade da representação da parte, deverá fixar prazo:**

(A) razoável para ser sanado o defeito e, caso não atendido, declarará o réu revel, se a providência a este couber.

(B) de dez dias para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, extinguirá o processo com resolução do mérito, se a providência couber ao autor.

(C) razoável para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, declarará a nulidade do processo, se a providência couber ao réu.

(D) de dez dias para sanar o defeito, caso este consista na ausência de instrumento de procuração ao advogado da parte e, caso não seja atendido, declarará sem efeito os atos por este praticados.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. No tocante aos recursos no Processo do Trabalho, considere:**

**I. A capacidade, a legitimidade e o interesse são pressupostos recursais subjetivos.**

**II. É computado em dobro o prazo para recurso das sociedades de economia mista e das empresas públicas.**

**III. A inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer constitui pressuposto recursal subjetivo.**

**IV. Havendo recurso ordinário em sede de ação rescisória, o depósito recursal só é exigido quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia.**

**Está CORRETO o que consta APENAS em:**

(A) II e III.

(B) I e IV.

(C) I, II e IV.

(D) I, III e IV.

**57. O ônus de provar o término do contrato de trabalho quando negados a prestação de serviço e o despedimento e o ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial é do:**

(A) empregador e empregado, respectivamente.

(B) empregado e empregador, respectivamente.

(C) empregador.

(D) empregado.

**58. A reclamação trabalhista X tramita na 2ª Vara do Trabalho de Salvador, tendo sido expedida carta precatória para penhora de imóvel situado na cidade do Rio de Janeiro, Capital. Foi penhorado o referido imóvel, sendo que Maitê, que não é parte na reclamação trabalhista, está sofrendo esbulho na posse de seu bem. Maitê pretende opor embargos de terceiro. Neste caso, os referidos embargos, em regra, deverão ser propostos em:**

(A) Rio de Janeiro ou em Salvador, mas a competência para julgá-lo é da Vara Trabalhista de Salvador.

(B) Rio de Janeiro ou em Salvador, mas a competência para julgá-lo é da Vara Trabalhista de Rio de Janeiro.

(C) Salvador, obrigatoriamente, juízo este também competente para julgá-lo.

(D) Rio de Janeiro, obrigatoriamente, juízo este também competente para julgá-lo.

**59. Amanda ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa “TOP Ltda.”, alegando ter exercido seu labor em ambiente insalubre, dando à causa o valor de R$ 20.000,00. Foi deferida a prova pericial requerida por Amanda, tendo o perito nomeado pelo Juízo apresentado o referido laudo pericial. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as partes:**

(A) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de dez dias.

(B) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de cinco dias.

(C) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo sucessivo de cinco dias, iniciando-se por Amanda.

(D) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo sucessivo de dez dias, iniciando-se por Amanda.

**60. No tocante ao agravo de petição, considere:**

**I. Se a execução já estiver garantida pela penhora, não caberá depósito recursal.**

**II. Para interposição do agravo de petição o agravante deverá recolher as custas processuais pertinentes, sob pena de deserção do referido recurso.**

**III. O agravo de petição, em regra, suspenderá a execução, tratando-se de reclamação trabalhista em trâmite pelo rito ordinário.**

**IV. É incabível o agravo de petição quando interpostos embargos de terceiro na fase de conhecimento de reclamação trabalhista.**

**Está CORRETO o que consta APENAS em:**

(A) III e IV.

(B) II e III.

(C) I e IV.

(D) I e II.

**61. Sobre salário e remuneração, considere:**

**I. A ajuda de custo, paga como ressarcimento de despesas feitas pelo empregado, integra o salário quando excede de 50% do valor deste.**

**II. As gorjetas integram o salário do empregado apenas e tão somente quando cobradas compulsoriamente na fatura ou nota apresentada ao cliente.**

**III. Não é salário o vestuário fornecido pelo empregador ao empregado para ser utilizado no local de trabalho.**

**IV. As diárias para viagem pagas ao empregado integram o salário quando excederem de 50% do valor deste.**

**Está CORRETO o que consta APENAS em:**

(A) II e III.

(B) I e IV.

(C) III e IV.

(D) I e III.

**62. Empregado e empregador celebram contrato individual de trabalho pelo prazo de 8 (oito) meses, para a execução de serviço de natureza transitória. Ao término do contrato prorrogam-no por mais 8 (oito) meses e, novamente, ao término deste, estabelecem nova prorrogação por mais 4 (quatro) meses. Em decorrência da situação acima descrita, o contrato por prazo determinado:**

(A) será valido, tendo em vista que sua duração total não ultrapassou o limite máximo de duração de dois anos.

(B) será válido, tendo em vista que foi celebrado para execução de serviço de natureza transitória, não tendo relevância na análise da sua validade o número de prorrogações realizadas.

(C) será nulo, tendo em vista que foi prorrogado mais do que uma vez, razão pela qual não gera nenhum efeito jurídico para as partes.

(D) passará a vigorar sem determinação de prazo, tendo em vista que foi prorrogado mais de uma vez.

**63. Mariana foi admitida em 14/01/2013. Durante o período aquisitivo de férias Mariana faltou ao serviço, injustificadamente, 5 vezes. A data de término do primeiro período aquisitivo de férias de Mariana e o número de dias corridos de férias a que a mesma terá direito são, respectivamente,**

(A) 14/01/2014 - 24 dias.

(B) 15/01/2014 - 30 dias.

(C) 13/01/2014 - 24 dias.

(D) 13/01/2014 - 30 dias.

**64. Gustavo prestou serviços em Natal como analista de sistemas júnior à empresa Gates Ltda., de 25/01/2010 a 18/10/2013. Pedro, que foi contratado pela empresa Gates Ltda. em 10/10/1995, trabalha na sede da empresa em Natal, ocupando o cargo de analista de sistemas pleno desde 23/03/2009. A empresa pagava, ao primeiro, salário 15% inferior ao do segundo. Considerando que havia identidade entre as funções exercidas por Gustavo e por Pedro, que a produtividade e a perfeição técnica de ambos eram as mesmas, e que não havia na empresa quadro organizado de carreira, a equiparação salarial entre eles:**

(A) é possível, tendo em vista que todos os requisitos previstos em lei estão presentes, não tendo relevância o fato de os cargos terem nomes distintos.

(B) é possível, mas o cálculo da diferença salarial a ser concedida a Gustavo deve levar em conta a diferença do tempo de exercício na função existente.

(C) não é possível tendo em vista que Pedro trabalha na empresa há muito mais tempo do que Gustavo.

(D) não é possível, tendo em vista que os cargos ocupados por ambos são diferentes.

**65. No tocante aos períodos de descanso,**

(A) se o trabalho for superior a 4 horas e não exceder 6 horas será obrigatório um intervalo para repouso e alimentação de, pelo menos, 1 hora.

(B) nos serviços permanentes de mecanografia, a cada período de 90 minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 minutos, que não são computados na duração normal da jornada de trabalho.

(C) a não concessão do intervalo para repouso e alimentação gera o direito do trabalhador de receber o valor correspondente ao período, acrescido de, no mínimo, 50%.

(D) entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 12 horas consecutivas para descanso.

**Direito Tributário**

**66. Assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) O ICMS incide sobre as exportações ao exterior de mercadorias, sendo o tributo devido ao Estado do domicílio do exportador, independente do local do desembaraço aduaneiro.

(B) O ICMS será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa a circulação de mercadoria, com o montante cobrados nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.

(C) O IPVA pode ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização do veículo.

(D) O imposto sobre a transmissão de bens causa mortis, quando a transmissão se referir a bem imóvel, será devido ao Estado no qual o imóvel for situado.

**67. Assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) É inconstitucional a diferenciação de alíquotas do IPTU, em face da localização e uso do imóvel urbano.

(B) Na realização de capital de pessoa jurídica, não incidirá ITBI, por ato oneroso, de bens imóveis sobre a transferência de imóveis, salvo quando a atividade da pessoa jurídica for preponderantemente de compra e venda de imóveis e direitos sobre esses, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

(C) Em relação ao ISS, conforme comando constitucional, compete a lei complementar fixar as alíquotas máximas e mínimas aplicáveis em todo território nacional.

(D) O ISS incidirá sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência dos Estados, definidos em lei complementar.

**68. Assinale a alternativa CORRETA:**

(A) A progressividade de alíquotas no Imposto de Renda, ofende o princípio da igualdade, pois não é admissível o aumento de alíquotas em face do aumento da renda tributável, por implicar em flagrante discriminação.

(B) São imunes aos impostos sobre o patrimônio, renda e serviços, no que se refere a suas finalidades essenciais, os templos de qualquer culto.

(C) O pedágio é inconstitucional, pois ofende ao princípio da liberdade de tráfego

(D) Majorada a alíquota do IPI, por ato publicado no dia 10/03/06, por exemplo, a aplicação da nova alíquota somente iniciará em janeiro de 2007, face a aplicação do princípio da anterioridade.

**69. João e Maria, casados em comunhão total de bens, residentes em Brasília/DF, tinham 2 filhos, já maiores – Pedro e Mário. O casal possuía 3 apartamentos, sendo dois em Brasília, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) cada e um em Goiânia, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais). João faleceu e no arrolamento de bens, o qual foi processado no fórum de Brasília/DF, Pedro cedeu a Mário os seus direitos hereditários. Diante de tais fatos é INCORRETO afirmar:**

(A) Haverá a incidência do Imposto Causa Morte e do Imposto de Doação sobre a cessão dos direitos hereditários.

(B) Mário será o sujeito passivo do Imposto Causa Morte sobre o quinhão que receberá, em face de seus direitos de herança e será também sujeito passivo do Imposto de Doação, em face da cessão dos direitos de seu irmão em seu favor.

(C) Pedro, apesar de ter cedido os seus direitos hereditários em favor do irmão, ainda é legalmente o sujeito passivo do Imposto Causa Morte incidente sobre o seu quinhão.

(D) Todos os impostos devidos sobre as transmissões dos bens serão devidos ao Distrito Federal, local onde foi processado o arrolamento.

**70. No dia 30 de março de 2005, o Poder Executivo Federal – União – editou um decreto instituindo a cobrança do IPI sobre as exportações da chapa lisa de aço, visando evitar o desabastecimento do mercado interno e o aumento excessivo do seu preço no Brasil. Diante de tais fatos seria CORRETO afirmarmos que:**

(A) A cobrança somente seria possível a partir do dia 01 de janeiro de 2006 em face do princípio da anterioridade.

(B) A cobrança do tributo é constitucional e poderá ser levada a efeito após 90 dias da publicação do decreto.

(C) O decreto é inconstitucional, pois as exportações são imunes a incidência do IPI.

(D) sendo o IPI uma exceção ao princípio da legalidade e da anterioridade, a cobrança é lícita e pode ter início no dia seguinte a publicação do decreto.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |